

Governo lança metas do Renda Mínima

Objetivo é beneficiar, até 2002, três milhões de famílias com filhos na escola

• **BRASÍLIA.** A pouco menos de dois meses para as eleições, o Governo federal lançou ontem um programa que só poderá ser plenamente cumprido pelo futuro presidente: o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), destinado a combater a evasão escolar pagando pelo menos R\$ 15 para cada família inscrita. O programa se propõe a beneficiar 3,3 milhões de famílias até o ano 2002 e começará a funcionar imediatamente após as eleições, de acordo com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Participarão do Renda Mínima os municípios mais pobres de cada estado, escolhidos a partir de estudo do Ipea sobre renda per capita nas diversas regiões do país. A cada ano serão contemplados 20% da população carente desses municípios, até que seja atingido, em 2002, o universo pretendido.

Para obter o benefício, a família precisa ter renda inferior a meio salário-mínimo e manter na escola todos os filhos de 7 a 14 anos. O universo a ser contemplado ao fim de cinco anos corresponde a 33% dos mais de dez milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de miséria.

Semelhanças e muitas diferenças para o Bolsa-Escola

O Renda Mínima guarda semelhanças com o Bolsa-Escola implantado pelo Governo do PT no Distrito Federal e algumas diferenças também. O Bolsa-Escola paga R\$ 130 — um salário-mínimo — a cada família participante. O Renda Mínima não põe a família do aluno em programas sócio-educativos e leva em conta apenas a renda per capita da família para decidir os beneficiários, enquanto no Bolsa-Escola do DF são levados em contas os fatores sócio-econômicos da família e os pais são integrados em progra-

• O PT criou em Brasília o Programa Bolsa-Escola. O Governo federal vai lançar o Programa de Complementação de Renda Familiar.

A IDÉIA básica é a mesma: remunerar a família pobre que mantém suas crianças na escola. No mais, há diferenças, e é possível que, quando for conhecido em detalhes, o plano federal revele-se superior ao

antecessor. Se acontecer, será a vantagem normal dos sucessores sobre os pioneiros. Em nada diminuirá os méritos próprios da iniciativa do governador Cristóvam Buarque.

DE QUALQUER forma, o assunto não merece polêmica e sim aplausos nas duas direções. Para a boa idéia — e para a boa idéia de copiar uma boa idéia.

mas de combate à exclusão social, que incluem alfabetização, qualificação profissional e acesso a crédito e programas de geração de renda, além de pagarem tarifa reduzida de água.

No Bolsa-Escola, à medida que adquirem independência econômica, as famílias vão sendo substituídas por outras carentes, enquanto no programa federal as famílias se desligam quando não há mais filhos entre 7 e 14 anos. Outra diferença importante é que o Renda Mínima foi criado por lei autorizativa do Congresso, sem garantia de que a União repassará os recursos a cada ano. No Bolsa-Escola, a lei aprovada pela Câmara Distrital é determinativa e os recursos têm que constar do orçamento a cada ano.

Paulo Renato garantiu, porém, que há dinheiro no caixa para lançar o programa — R\$ 100 milhões este ano, oriundos da Previdência. A fonte de financiamentos será a Previdência e os recursos serão repassados e gerenciados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com o qual os municípios selecionados deverão firmar convênio.

Quando estiver totalmente implantado, em 2002, o programa custará à União R\$ 1,5 bilhão por ano. De cada real pago às famílias selecionadas, 50% virão do Governo federal e os 50% restantes da contrapartida obrigatória dos municípios. Os que tiverem dificuldade para dar a contrapartida poderão honrar a metade com ações sociais no município, desde atividades educacionais e culturais até estímulo a práticas esportivas, em parceria com ONGs ou empresas. A outra metade tem que ser obrigatoriamente dinheiro em espécie.

Só podem participar do programa os municípios com renda per capita inferior à média do estado, o que exclui as populações miseráveis que vivem na periferia de municípios ricos. O ministro afirmou que esses municípios podem e devem criar seus próprios programas de bolsa-escola, como fizeram o Governo do DF e pelo menos 170 municípios do país que imitaram a idéia.

Para o deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), autor do projeto, o programa revolucionará a educação no Brasil. ■